

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2012

VOLUME I

O FILME COMO FONTE DE PESQUISA E ESTUDOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Glorinha Teresa Rodrigues¹
Teresa Kazuko Teruya²

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados do curso de extensão e do GTR/13³, com professores (as) no decorrer de 2013 intitulado: “O cinema como fonte de pesquisa e estudos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica”. Com a aprovação da Lei nº 10639/2003, tem-se a possibilidade de um currículo plural e para viabilizar estes conteúdos propomos a utilização da filmografia como fonte de pesquisa e estudos nesta temática. O projeto foi idealizado para atender a especificidade da formação docente na instituição onde atuamos, mesmo com ampla divulgação e certificação, o curso não teve adesão do número de professores (as) como esperávamos. Conclui-se que o tema é relevante, mas mobilizar professores (as) é um desafio, ainda mais quando se trata de formação que não está prevista dentro da carga horária dos (as) docentes. Os (as) participantes do curso conceberam o filme como subsídio para efetivação de uma prática pedagógica que visa discutir a pluralidade cultural no Brasil, rompendo com o eurocentrismo curricular marca de nossa educação escolar, contribuindo para o combate ao racismo, um dos entraves para a construção de uma sociedade justa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Federal nº 10639/03. Cinema. Formação Docente. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT: This article presents the results of the extension course and the GTR/13³ with teachers during 2013, it is entitled: “Cinema as a source of research and studies for the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in Brazilian basic education schools”. The approval of the Law Number 10639/2003 allows a plural curriculum and in order to enable these contents we suggest the use of filmography as source of research and studies on this issue. The project was created to meet qualification of basic education teachers in the institution where we teach, even though the broad dissemination and certification, the course was not supported as we expect. It concludes that the theme is relevant but to mobilize teachers is a challenge, even more when it comes to a formation that is not included in the workload. The course participants realized the film as a subsidy of a pedagogical practice achievement that aims to discuss cultural plurality in Brazil, breaking with the curriculum Eurocentrism which is a mark of our school education, contributing to combating racism which is one of the obstacles in the building of a fair and democratic society

KEYWORDS: Federal Law No. 10639/03; Cinema; Teacher Training; Pedagogical Practices.

¹ Professora Pedagoga no Colégio Estadual Itacelina Bittencourt. EFM e Orientadora Educacional na Escola Municipal João Bueno de Godoy. EIEF – Cianorte/Paraná – Brasil. E-mail: glotero@seed.pr.gov.br

² Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR – Brasil. E-mail: tkteruya@uem.br

³ O Grupo de Trabalho em Rede (GTR) é uma formação continuada na modalidade a distância utilizada pelo programa para socializar, com os (as) demais Professores (as) da Rede, os estudos que os (as) Professores (as) PDE realizam durante a formação. Todas as produções apresentadas e discutidas no GTR podem e devem servir de possibilidade pedagógica aos (as) Professores (as) em suas práticas.

1. INTRODUÇÃO

A aprovação da Lei 10639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394 de 1996, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica no artigo 26, ao analisar essa alteração nos remetemos às razões que motivaram a aprovação de um ordenamento jurídico que obriga a inclusão nos currículos escolares em todas as escolas brasileiras do ensino de história e cultura do (a) negro (a) no Brasil e sua ancestralidade africana. Dentre os motivos para aprovação está a percepção de que ainda vivemos em uma sociedade preconceituosa e que valoriza as características europeias, negando muitas vezes as raízes africanas e indígenas em sua formação.

A Lei 10639/2003 busca por meio da educação, incluir reflexões e aprendizagens sobre a formação da nação brasileira, propondo às novas gerações outras formas de pensar e agir sobre quem somos e quais os fundamentos históricos que permeiam nossas raízes culturais, além de reconhecer o legado histórico dos (as) negros (as) que aportados no Brasil como homens e mulheres escravizados, marcaram presença na formação da história do Brasil, fator que nos faz pressupor que hoje é impossível pensar o que é ser brasileiro sem reconhecer a ancestralidade negra.

Ao encaminhar mudanças na maneira de olhar a formação brasileira, a Lei gera certo desconforto na educação escolar, por ver a escola como um espaço para a desconstrução de ideários racistas constitutivos da história do Brasil e com isso, colaborar com a promoção da igualdade racial. Cabe ressaltar, que nesse processo de desconstrução a formação de docentes para uma prática que atenda aos objetivos da Lei torna-se essencial, já que sua efetivação depende de um repensar as concepções históricas que foram articuladas para silenciar a história dos (as) negros (as) e das minorias sociais.

Corroborando com nossas impressões, concordamos que,

Dessa forma, a educação étnico-racial, proposta na Lei 10.639/2003, que estabelece a inclusão obrigatória da temática “história e cultura afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, exige dos (as) professores (as) mobilizar suas subjetividades; desconstruir noções e concepções apreendidas durante anos de formação; e enfrentar preconceitos e racismos muito além dos muros escolares. (FELIPE e TERUYA, 2013, p. 142)

Assim, nos deparamos com o desafio da efetivação da Lei nº 10639/03, que exige muito mais que ensinar nas escolas brasileiras história da África ou do povo negro no Brasil, exige o mobilizar subjetividades dos professores e das professoras, tocar em sentimentos arraigados numa diferença que se firmou em desigualdade, onde o “outro” não é concebido em todo o seu processo de construção histórica e cultural.

Então, para se desconstruir toda forma de racismo, discriminação e preconceito, deve-se começar de forma muito subjetiva, singular, pessoal, para depois se tornar um processo que venha culminar em uma nova ideia sobre os (as) negros (as) e todos (as) aqueles (as) que não apresentam o perfil idealizado pela sociedade hegemônica.

Para Silva (2007), o tabu que cerca o preconceito racial ainda é muito evidente e pouco debatido, ou seja, é algo intocado, em que as pessoas preferem não tratar da questão, para com isto, não provocar o debate e assim desarmar mecanismos que produzem tensões sobre o assunto.

Diante do exposto, cabe então pensar que os séculos da presença dos (das) africanos (as) e seus descendentes no Brasil, é algo que precisa ser reconhecido, valorizado e que não acontecerá se não conseguirmos romper com paradigmas hegemônicos que nos fazem negar ou marginalizar a história desse povo no tecido social brasileiro.

Dentro do contexto escolar, não conseguimos nem mesmo incluir todos os conteúdos da história da civilização humana no currículo, fazendo com que os (as) estudantes tenham a oportunidade de ter contato com conteúdos fora do viés europeu, quem dirá reconhecer o patrimônio cultural que o país tem a partir do que foi vivido, construído, experimentado, elaborado e de forma mais contundente na construção de conhecimentos que serviram, servem e servirão para todas as gerações.

Ao omitir conteúdos em relação à história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para o reforço de construções ideológicas racistas. (ROCHA, 2007, p. 28).

Há que se considerar que a consciência elevada, alforriada de toda forma de preconceito e racismo produzido ideologicamente para retirar do silenciamento uma

parte da história dos povos que aqui trabalharam para que o Brasil pudesse ter o desenvolvimento que hoje vislumbramos como ressalta ROCHA, 2007, p. 28 “[...] a ausência dos conteúdos, numa perspectiva crítica, relacionados à história do negro africano e brasileiro faz com que a educação escolar traga uma visão míope da vida brasileira”.

Para contribuir com a implementação da Lei 10639/2003 no colégio em que atuamos, e percebendo fragilidades na formação dos (as) docentes quanto aos conteúdos propostos neste ordenamento jurídico, organizamos e articulamos nosso projeto de intervenção pedagógica estruturado em um curso de extensão, com apoio da Coordenação do Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE e o Centro Regional de Tecnologia Educacional/CRTE do Núcleo Regional da Educação de Cianorte no Paraná, sob Orientação e Coordenação da Professora Doutora Teresa Kazuko Teruya. O objetivo do curso foi o de propor uma metodologia de pesquisa e estudos, tendo como fonte os filmes para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

O curso destinado aos (as) professores (as) do Ensino Fundamental e Médio em um colégio da rede estadual do município de Cianorte - Paraná foi ofertado em oito encontros de quatro horas, das 8h às 12h, totalizando 32 horas/aula aos sábados, nos dias 06/04; 13/04; 20/04; 27/04; 04/05; 11/05; 18/05 e 25/05/2013, com certificação pela Universidade Estadual de Maringá.

2. A LINGUAGEM FILMICA COMO POSSIBILIDADE DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA ENSINAR HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Com a aprovação da Lei Federal nº 10639/2003, que inseriu nos currículos escolares conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, um importante momento para repensar as relações étnico-raciais em nossas escolas se abre, e com isto, a oportunidade de uma ampla revisão nos currículos, cuja primazia se instala num monólogo cultural e de saberes.

Para Felipe e Teruya (2007, p. 504), inserir nos currículos escolares tais conteúdos promove a modificação do poder hegemônico presente no sistema de ensino brasileiro que foi elaborado a partir dos colonizadores europeus sem com isto desvalorizar as demais culturas formadoras do Brasil, sendo que um dos seus

principais objetivos diz respeito à “[...] reconhecer e valorizar todas as suas matrizes culturais”.

Sendo assim, tem-se a oportunidade de promover sob bases teóricas orientadas pelos Estudos Culturais, reflexões acerca de uma parte da história do Brasil que silenciada ou contada de forma descontextualizada e repleta de estereótipos, que confirma a negação dos (as) negros (as) como elementos formadores da cultura brasileira.

É fato que, para a Lei ser implementada no contexto das escolas, um dos pontos essenciais, é a urgente revisão no currículo escolar. Embutido em seus conteúdos, não se pode admitir que práticas ideológicas racistas, que mostram os negros como um povo extinto, ou com perfil de inferioridade. Na elaboração do currículo escolar e na ação pedagógica, é necessário compreender que as identidades e diferenças são produzidas na ação histórica por meio de discursos e da cultura. (FELIPE, 2009, p. 20)

Após dez anos da aprovação da Lei 10639/2003, muitos entraves à sua implementação tem surgido, protela-se a sua concretização; uma série de argumentos que buscam justificar a manutenção do currículo da forma como está, como a não formação docente, a falta de materiais didáticos pedagógicos sobre a cultura e história da África e seus descendentes o que cerceia aos (as) estudantes de todo o país o contato com outros tipos de culturas.

Mesmo tendo ocorrido à aprovação da Lei Federal, em 2003, na maioria dos materiais didáticos, em sua organização cronológica de eventos históricos, ainda se tem consagrado a historiografia europeia, basta fazer verificações nos livros didáticos que todos os anos são encaminhados às escolas para escolha.

Ensinar os conteúdos previstos na Lei tornou-se um grande desafio. Assim, sugerimos a filmografia como fonte de pesquisa e estudo na perspectiva dos Estudos Culturais, base filosófica que nos orienta a ter uma visão de mundo, homem e sociedade que valoriza a pluralidade cultural, seus diversos saberes, rompendo com uma cultura centralizadora e hegemônica. Sob a égide dessa base filosófica tem-se um vasto campo para estudo, pesquisa e análise da história e da cultura afro-brasileira e africana, trabalhada de forma positiva sobre as contribuições destes povos na construção da sociedade brasileira. Para elucidar a perspectiva dos Estudos Culturais, entende-se que:

[...], os Estudos Culturais tratam a cultura como um campo de produções de significados, em que os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciadas de poder, lutam para preservar suas ideias e combater a padronização da identidade como se a cultura hegemônica fosse a única em toda a sociedade. (FELIPE, 2009, p. 61)

O pluralismo cultural e todas as suas significações faz-nos considerar a cultura do “outro” como uma pedagogia que promove a alteridade nas relações que estabelecemos.

A perspectiva dos estudos culturais salienta a necessidade de se educar o olhar ou educar para a mídia na formação de professores, não apenas para utilizar a mídia como recurso didático, mas é preciso ir além, problematizar as narrativas que dão sentido à cultura do consumo para atender os interesses da produção capitalista. (TERUYA, 2009, p. 156)

Enquanto fonte pedagógica os filmes precisam estar adequados em condições reais para a efetivação do conteúdo estabelecido e mais ainda, o (a) professor (a) precisa perguntar se o uso de determinados filmes estão ou são próprios para determinadas idades e anos de escolarização. É necessário ter nítido o que será abordado na disciplina que leciona; quais recortes que poderão sistematizar o conteúdo trabalhado.

Neste processo, o significado do uso da narrativa fílmica em sala de aula, supera a mera exposição de um material que chama a atenção e propõe uma atuação pedagógica que exige domínio deste material que, narra, conta conhecimentos e acontecimentos que estão muitas vezes permeados de significações que podem contribuir ou anular todo o aspecto que se deseja trabalhar.

A filmografia sendo utilizada como fonte de estudos, nem como meio e nem como fim, mas como base, torna-se importante porque “[...] traz para a escola aquilo que ela se nega a ser e que poderia transformá-la em algo vívido e fundamental: participante ativa da cultura e não repetidora e divulgadora de conhecimentos massificados, muitas vezes já deteriorados, defasados”. (ALMEIDA, 2001, p. 48).

A linguagem fílmica como metodologia ou prática de ensino é uma possibilidade, que deve ser utilizada de modo crítico e consciente, que procura desconstruir as narrativas eurocentristas ou hollywoodianas sobre a cultura afro-brasileira, cujos discursos estão presentes tanto na sociedade como na escola.

Os recursos midiáticos possibilitam as novas formas de ver, de ler, de escrever e de entrar em contato com outro universo cultural, mas também sufocam a nossa inteligência com o excesso de informações que contribuem para fragilizar a nossa capacidade de conceituar, de pensar e de estabelecer relações dialéticas para a compreensão da realidade social. (TERUYA, 2009, p. 156)

Há que se considerar neste contexto os cuidados com a utilização da narrativa fílmica em sala, pois o filme selecionado, precisa passar por uma análise crítica *a priori* e pedagógica. Dar sentido educativo, que potencialize os (as) estudantes a leitura crítica ao que está sendo projetado, presente nos diversos tipos de mídias, para não reforçar as narrativas preconceituosas.

Considerar o cinema como um meio significa que a atividade de contar histórias com imagens, sons e movimentos pode atuar no âmbito da consciência do sujeito e no âmbito sócio-político-cultural, configurando-se num formidável instrumento de intervenção, de pesquisa, de comunicação, de educação e de fruição. No entanto, considerar o cinema como um meio não significa reduzir seu potencial de objeto sociocultural a uma ferramenta didático-pedagógica destituída de significação social. A experiência estética possui um importante papel na construção de significados que a obra propicia e os diferentes modos de assistir aos filmes fazem com quem estes atuem diferentemente conforme o contexto. (FANTIN, 2007, p. 1).

A análise das imagens e a interpretação das representações na tela, são possibilidades para instrumentalizar a nossa narrativa em favor de uma pedagogia antirracista e nesta perspectiva Teruya (2006, p. 86), afirma que as práticas pedagógicas de ensino sem a utilização de mensagens midiáticas, já não são mais possíveis e que “são novos mediadores tecnológicos que descentralizam o campo da produção do conhecimento e da informação [...]”.

Se o filme não tiver a mediação do (a) professor (a), pode se tornar um instrumento totalmente sem significado pedagógico. “A utilização eficaz do vídeo depende da mediação que o (a) professor (a) faz do conteúdo trabalhado com a imagem representada na tela”. (TERUYA, 2006, p. 98). A mediação docente pressupõe uma reflexão sobre o conteúdo do filme para enriquecer o debate em torno do tema a ser trabalhado na sala de aula.

O uso da filmografia, diz respeito às produções que discutem a pluralidade cultural, tema como este pode realçar significados, romper com abordagens superficiais e qualificar o conteúdo na medida em que chama para estimular, promover aspectos da cultura, ou seja;

Uma das maiores inspirações do cinema, sobretudo no gênero drama são os conflitos ocasionados por choques culturais, pelo convívio das diferenças sociais, raciais, étnicas e comportamentais. Como o objetivo da inclusão deste tema nas escolas é estimular a tolerância e construir, no plano educacional, o convívio democrático entre as pessoas e grupos distintos em uma mesma sociedade, os filmes são uma das melhores fontes de debate e formação de valores. (NAPOLITANO, 2009, p. 54)

Os conhecimentos históricos e científicos são a primazia do ensino. Eles dão suporte aos (as) estudantes para que façam a leitura crítica da sociedade e do mundo, além destes conhecimentos há que se considerar outros saberes, também importantes, que promovam o desenvolvimento cognitivo e as funções psíquicas.

Na sala de aula, como em qualquer espaço educativo, o cinema é um rico material didático. Agente socializante e socializador, ele desperta interesses teóricos, questionamentos sociopolíticos, enriquecimento cultural. E cada vez mais, tem-se intensificado o número de programas educativos e formativos em que o cinema é utilizado como um dos aparatos tecnológicos da educação. (SOUZA, 2006, p. 9).

A utilização do filme, bem como as suas representações no sentido de explorar o potencial pedagógico pode formar opiniões, produzir novos posicionamentos em virtude dos fatos tratados e acima de tudo elevar a consciência crítica, multiétnica e filosófica acerca dos fenômenos históricos.

Ao narrar suas experiências e suas representações, os sujeitos expressam os seus saberes, dando visibilidade ao seu modo de vida e suas relações sociais. A necessidade que temos de contar, ouvir, ver e ler narrativas, pode ser compreendida como uma necessidade de se representar e representar o "outro". (FELIPE E TERUYA, 2012, p. 208)

TERUYA (2006, p. 98) ainda afirma: "A representação visual reproduzida na televisão e a utilização pedagógica de filmes como fontes históricas, são recursos importantes para a compreensão e construção de um saber sobre determinado conteúdo escolar". Construir o saber, obrigatoriamente, exige o domínio por parte do (a) docente dos conteúdos da sua disciplina numa perspectiva que lhe possibilite uma releitura da história de forma a contemplar um currículo rico em saberes e significações.

Mas, sob quais perspectivas é possível pensar a utilização do filme na prática docente? Como pensar o ensino da África, dos africanos e seus descendentes sem estereótipos arraigados na cultura dominante? O filme numa perspectiva pedagógica e de produção de conhecimento trabalhado em sala de aula

pode ter uma relação positiva e construtiva com os aspectos presentes nos estudos da história e cultura afro-brasileira e africana?

Concordamos que a narrativa fílmica apresentada através do filme pode ser uma fonte de pesquisa e ao mesmo tempo uma ferramenta pedagógica para trabalhar com pontos essenciais e chaves da história dos africanos e seus descendentes. É necessário compromisso político com um ensino que, de fato, consolide a promoção da igualdade racial e a construção da multiétnicidade.

3. O FILME NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DE DOCENTES: PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Para trabalhar com a demanda da Lei 10639/2003 propomos a utilização da filmografia como fonte pedagógica além de textos, livros didáticos, músicas, obras de artes e da literatura afro-brasileira e africana, com o objetivo de contribuir com a implementação da Lei nº 10639/2003 na instituição de ensino na qual atuamos, onde realizamos um curso de extensão para a formação de docentes com a utilização de filmes como metodologia de estudo que abordam relações étnico-raciais e que podem ser trabalhados com os (as) estudantes na educação básica.

No decorrer do curso de extensão, apresentamos seis filmes: *Vista a minha pele* (2004); *Amistad* (1997); *Quilombo* (1984); *Chico Rei* (1985); *Kiriku e a feiticeira* (1998); *Um grito de liberdade* (1987) e dois documentários: *Memórias do Cativo* (2005); *A negação do Brasil* (2000) e para análise, oportunizou-se aos cursistas a reflexão acerca de várias temáticas como (1) A Lei Federal nº 10639/03: para uma educação das relações étnico-raciais; (2) Introdução a análise fílmica; (3) Percepções do respeito necessário à constituição da identidade do “outro”, como elemento fundamental na constituição da identidade do “eu”; (4) Tráfico negreiro e a escravidão no Brasil: da Colônia ao Império; (5) Resistência e luta do povo negro e o movimento abolicionista: abolição da escravidão no Brasil; (6) O negro no pensamento educacional brasileiro; (7) O desenho animado como narrativa da história e cultura africana e afro-brasileira e (8) O *apartheid* na África do Sul e as representações da população negra no Brasil.

O curso foi realizado durante dois meses e reuniu professores (as) de diferentes colégios de Cianorte e região, lembrando que, a ideia inicial era trabalhar

com os (as) docentes do colégio onde atuamos como professora pedagoga, no entanto, devido a pouca adesão dos (as) docentes que atuam naquela instituição e percebendo a necessidade de formação de professores (as) para trabalhar com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, estendemos o convite aos (as) docentes de outros colégios.

Em fevereiro de 2013 na semana pedagógica onde todos (as) os (as) docentes foram reunidos (as) para estudos, solicitamos à Direção da instituição um momento para apresentação do projeto de intervenção pedagógica, discorremos sobre o material produzido procurando destacar a sua importância e seus objetivos.

Apresentado o caderno pedagógico, intitulado “O cinema como fonte de pesquisa e estudos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica”, onde todos (as) os (as) presentes tiveram o contato com o material, bem como a elucidação de como ocorreu o processo de sua produção. Com a utilização de slides, fizemos então a exposição aos (as) professores (as), equipe multidisciplinar, pedagogos (as), funcionários (as) que conheceram os caminhos percorridos para a construção de um projeto que propunha um estudo sistemático da história e cultura afro-brasileira e africana a partir do cinema.

Durante trinta dias fizemos a divulgação do evento na instituição com o apoio da Direção e representantes do Núcleo Regional de Educação/NRE de Cianorte-Paraná. Elaboramos folders que foram afixados na sala de professores (as), e também a sua distribuição em mãos ou por meios eletrônicos; durante os intervalos eram realizados os convites aos (as) docentes, pois nosso objetivo era atingir o maior número possível de participantes daquela instituição.

Elaboramos fichas de inscrições individuais indicando interesses e expectativas, solicitamos ao Núcleo Regional de Educação de Cianorte que as recebessem, nos auxiliando.

Mas, mesmo com toda a mobilização dos envolvidos e empenho da Direção da instituição, conversas e busca de apoio para a participação dos (as) docentes, uma semana antes do término das inscrições, apenas quatro profissionais se inscreveram, num contexto de mais de setenta profissionais que lá atuam.

Como elaboramos um projeto de extensão e solicitamos à Universidade Estadual de Maringá a certificação, fomos obrigados a atender as determinações daquela instituição que para tal teríamos que ter no mínimo dez inscritos. Contudo, não havíamos conseguido o mínimo exigido. Para que o evento não fosse cancelado

e com isto colocasse em risco a implementação do projeto que também era uma exigência para conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE/12, decidimos abrir às instituições das catorze cidades jurisdicionadas ao NRE de Cianorte – Paraná. A intenção era conseguir pelo menos vinte e cinco cursistas, mas mesmo assim, atingimos apenas sete do total das inscrições previstas. Assim, tivemos que enviar e-mails a todos (as) professores (as) da rede estadual e municipal, diretores (as), equipes multidisciplinares a fim de conseguir as inscrições necessárias.

Para o evento mandamos fabricar bolsas, copos e três mil e quatrocentas cópias de textos de variados autores (as) sobre a temática⁴, que serviram de suporte para os nossos estudos, bem como procuramos fazer com que os (as) cursistas tivessem contato com músicas e bandas afro-brasileiras e africanas. Organizamos o café com a contratação de uma empresa específica para atender nossas necessidades, adquirimos todos os vídeos com a ajuda de profissionais da área e o ambiente adequado para a sua projeção.

Encerramos as inscrições uma semana antes do início do evento com apenas dezesseis professores (as), sendo quatro profissionais da instituição da qual estava direcionado o projeto e doze profissionais, de duas instituições da rede municipal e dez profissionais de outros estabelecimentos de ensino da rede estadual de Cianorte, inclusive tivemos inscritos de Cidade Gaúcha - Paraná e da cidade de Jussara - Paraná. Durante a realização do evento desistiram quatro professores (as), sendo dois da instituição onde estava sendo desenvolvida a implementação.

Fomos surpreendidos pela não adesão dos (as) docentes da instituição que se destinava a formação, já que consideramos que há determinações legais afirmando a necessidade de trabalhar com a temática e uma série de argumentação dos (as) professores (as) que não sabem abordar a temática em sala de aula. O que nos leva pressupor que mesmo após dez anos da aprovação da Lei nº 10639/2003,

⁴ Para leituras complementares fornecemos textos dos seguintes autores: SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. (texto); OLIVEIRA, Eduardo. Cosmvisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente; PAVEI, Katiuci. Aprender com a diferença: a construção de olhares sobre nós e sobre os outros; LIMA, Carlos A. M. Sociedades africanas em transição na época do tráfico atlântico de escravos: proposta de guia; CHIAVENATO, Júlio Jose. Da liberdade aos guetos; FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. O negro no pensamento educacional brasileiro durante a primeira república (1889-1930); NEVES, Fátima Maria. Filmes e desenhos animados para o ensino fundamental: Kiriku e a feiticeira; COSTA, Luciano Gonsalves. Da integração dos afrodescendentes brasileiros.

há que se considerar a possibilidade de que os (as) docentes ainda possam encontrar dificuldades em mobilizar as suas subjetividades para trabalhar com a temática relacionada a negritude. Além disso, outro aspecto que merece ser ressaltado é que o impedimento dos (as) professores (as) em participar do curso, pode estar relacionado a falta de políticas públicas que corroborem com a formação de docentes em horário de trabalho na modalidade presencial, já que tivemos que realizar o curso de extensão aos sábados de manhã, período que está fora da carga horária dos (as) docentes.

Entendido as considerações apresentadas acima, propomos trabalhar com os pressupostos da Lei e com a utilização de obras filmográficas nacional e internacional, a fim de construir uma proposta pedagógica que aborde conteúdos explicitados no contexto da história e da cultura dos afro-brasileiros e africanos e para o aprofundamento de estudos disponibilizamos aos (as) professores (as) diversos materiais bibliográficos sobre a temática.

O primeiro encontro do curso de implementação ocorreu no dia 06/04/13, onde fizemos abertura do evento e na sequência exibimos o filme/documentário: “Vista a minha pele” do diretor Joel Zito Araújo, lançado em 2003, o objetivo foi utilizar esta narrativa fílmica para justificar a necessidade de existir no Brasil, uma Lei que insere/determina no currículo das escolas brasileiras, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Todos (as) os (as) cursistas tiveram a oportunidade de perceber a utilidade do filme e com o conteúdo da historiografia negra, rompendo com um currículo de cultura única, eurocêntrico, fechado.

No dia 13 de abril foi apresentado aos (as) cursistas o filme/documentário: “Memórias do Cativo”, (2005) com direção geral e roteiro de Hebe Mattos que evidenciou que as histórias narradas podem contar momentos da sociedade brasileira, a sua organização desde a Colônia até a República e mostraram que os escravizados e seus descendentes não eram pessoas alienadas, mas com visões de sociedade, política, estado, religião; a relação realidade e mito entre outros. Histórias de ausências ficaram bem visíveis em suas narrativas. Após a realização da análise do filme tivemos o seminário: Introdução à análise fílmica.

No dia 20 de abril foi exibido o filme/documentário: A negação do Brasil, (2000), do diretor Joel Zito Araújo, onde apresentamos aos cursistas o/a negro/a na telenovela brasileira. O objetivo era mostrar a presença do (a) negro (a) na dramaturgia brasileira e o racismo nos papéis dados a artistas negros/as. O

documentário nos apresentou o enfrentamento dos (as) artistas contra o racismo na televisão. Evidenciou qual a intenção dos “donos da mídia” brasileira em propagar ideias hegemônicas de acordo com os interesses da classe dominante. Após estudos relativos ao documentário, desenvolvemos estudos sobre: Percepções do respeito necessário à constituição da identidade do “outro”, como elemento fundamental a identidade do “eu”;

No dia 27/04/13 exibimos e trabalhamos com o filme “*Amistad*”, (1997) com a direção de Steven Spielberg, cujo objetivo foi trabalhar o tráfico negreiro e a escravidão no Brasil da Colônia ao Império. O filme nos ajudou a pensar sobre o processo de escravização dos africanos e como se dava o transporte e comércio dos escravizados e os interesses da classe dominante em manter o sistema. Foram apresentadas as disputas acirradas entre estes interesses. O vídeo promoveu reflexão e discussões acerca da escravidão no Brasil e suas consequências para o desenvolvimento do país enquanto nação. As forças que mobilizaram a abolição e a situação dos negros no pós-abolição.

No dia 04 de maio, foi exibido o filme *Quilombo* (1984), dirigido por Carlos Diegues. Com este, efetuamos estudos a partir do período em que viveu Zumbi dos Palmares, século XVII aproximadamente e as intensas lutas contra a escravidão no Brasil. Os quilombos foram formas de resistência dos (as) negros (as) contra a escravização e muitas terras de “pretos” se tornaram verdadeiras cidades/fortalezas, onde eram acolhidas pessoas que estavam a margem da sociedade da época. Mesmo apresentando certos exageros quanto as indumentárias dos/as atores e certo romantismo na trama do filme, ainda foi possível localizar certos aspectos da história do Brasil.

Em 11 de maio exibimos o filme *Chico Rei* (1980) dirigido por Walter Lima Junior, apresentamos aos (as) cursistas, um personagem da história da tradição oral de Minas Gerais o conhecido Galanga ou Chico Rei. O filme retrata a época do Império e sua intervenção no Brasil que tutelado por Portugal mantinha uma relação de exploração das riquezas do país. Reportando-se ao século XVIII foi possível observar através da narrativa que o (a) negro (a) não era considerado/a como parte integrante da sociedade. Após ter analisado o período histórico apresentado no filme analisamos o (a) negro (a) no pensamento educacional brasileiro no pós- abolição, nos primeiros anos da República. Com o viés histórico de Galanga, nos foi permitido a condição de demarcar bem, que em nenhum momento da história do Brasil o

sistema educacional foi pensado para negros (as). O filme apresentou uma narrativa positiva acerca de um personagem negro.

No dia 18 de maio apresentamos o desenho animado *Kiriku* e a Feiticeira (1998) com direção de Michel Ocelót, um conto africano que retrata as crenças, valores, e a formação de ideias de um povo. A explicação do bem e do mal, a questão da mulher na visão africana, a amizade, os laços de família e questões bem profundas sobre o respeito e a dignidade das pessoas. Uma história de sensibilidades e sentimentos. No filme o mal não é combatido com a morte; as pessoas têm famílias e nomes; não há o apelo ao consumo e nos mostrou bem a riqueza de uma parte do continente africano.

Para encerrar o evento no dia 25 de maio, foi exibido o Filme “Um grito de liberdade”, (1987) do diretor Richard Attenborough, em que abordou o sistema de segregação racial na África do Sul desde o século XVII. O filme narrou a história de Steve Biko e sua luta contra o *Apartheid* e o desejo de ver o seu povo livre da opressão e da segregação. O movimento de “consciência negra” tomou força e com a ajuda de um jornalista que se tornou ativista do movimento na luta contra aquele regime, vão impulsionar no mundo uma séria reflexão a respeito do sistema. Utilizando a narrativa fílmica, foi possível promover uma reflexão junto aos cursistas sobre as representações feitas sobre o “outro” e o quanto políticas segregacionistas podem ser cruéis na formação das pessoas. O filme nos motivou a pensar que no Brasil há um tipo de segregação contra as minorias e que ainda estamos longe de promover a igualdade étnico-racial.

Em cada apresentação filmográfica era dado um espaço para a análise do contexto histórico veiculado pelo filme, sua ficha técnica, provocando discussões acerca da história dos (as) negros (as), o momento histórico brasileiro, as produções raciais construídas e disseminadas e o contexto das relações raciais provocadas pelo movimento de escravização de africanos (as). Com isto, se fomentava entre os cursistas a indicação das possibilidades de trabalhar com o filme mesmo sem ter uma maior experiência e uma linha teórica como base filosófica para sua análise, ficando evidentes seus limites, desafios e possibilidades.

Durante a implementação do projeto com o curso de extensão, tivemos a oportunidade de trabalhar o filme como fonte para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana com quinze professores (as) a distância por meio do Grupo de Trabalho em Rede (GTR/13), que ocorre em ambiente virtual de aprendizagem.

No GTR/13, os trabalhos foram desenvolvidos com docentes e pedagogos (as) de diversas localidades do Estado do Paraná e ficou evidente que a busca e o interesse por formação em consonância com a Lei nº 10639/2003 é uma realidade no contexto educacional. Em cada módulo os (as) cursistas, demonstravam empenho em participar dos fóruns e módulos, lendo as produções disponibilizadas e dando retorno sobre as suas impressões, dilemas e conclusões.

Foi unânime entre os (as) cursistas a distância e presencial a importância de se desenvolver no contexto de nossas escolas uma educação para as relações étnico-raciais através da história dos (as) negros (as) africanos (as) ou seus (as) descendentes.

No módulo 01 apresentamos o projeto de intervenção, os debates foram intensos, a aceitação do material foi positiva, constatado nas considerações dos cursistas. De acordo com a postagem da professora P1(f)⁵ (2013) no GTR/13, que nos deu uma importante contribuição relatou: “De fato, a Professora Glorinha está realizando estudos sobre uma temática que ainda tem pouca visibilidade nas escolas e especialmente na sociedade”. Assim, foi destacado pelos (as) professores (as) do curso a distância, a importância dos povos africanos e seus descendentes na produção e construção histórica do Brasil.

Outro aspecto discutido durante este módulo, diz respeito ao racismo tão operante ainda no Brasil numa perspectiva de que não é um problema só dos (as) negros (as), mas de todos (as) e que a luta não pode ser algo isolado, ilhado.

Com a aprovação da Lei 10639/2003, o que precisa ser feito agora é redirecionar o discurso, já que não cabe mais a justificativa da ignorância dos seus conteúdos ou mesmo a não formação de nossos (as) professores (as) para o ensino da história do povo negro no Brasil e de sua ancestralidade africana.

No módulo 02 apresentamos o material didático organizado em um caderno pedagógico. As produções dos cursistas demonstraram o quanto é importante ter contato com materiais que buscam problematizar a história e cultura afro-brasileira e africana para a condução de um trabalho pedagógico em sala de aula. A

⁵ As referências aos sujeitos citados no corpo do trabalho estão indicadas com siglas de identificação seguidas do sexo feminino (f) e masculino (m). Exemplo P1 (f). O/a Participante do GTR está ciente de que suas postagens no Ambiente Virtual de Aprendizagem da SEED poderão ser utilizadas pelo Professor/a PDE em suas produções respeitando a Lei de Direitos Autorais (9.610/98) no que se refere a utilização de conteúdos que não são de sua autoria.

apresentação de uma metodologia que indica o filme como fonte de estudos e pesquisas, foi bem recebida por todos (as) os (as) que participaram, evidenciando que é possível com a narrativa fílmica desenvolver conteúdos pertinentes ao que expõe a Lei.

O caderno pedagógico apresenta textos relacionados a temática em questão que possibilita ao (a) docente tomá-lo como ponto de partida para aulas mais criativas e dinâmicas. É um referencial que dá pistas para uma nova leitura acerca dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, discutindo temas polêmicos como o conceito de raça e etnia, o processo de escravidão no Brasil, a luta do movimento social negro para a aprovação Lei nº 10639/2003, bem como os obstáculos que distancia a sua não efetivação apesar dos dez anos de sua aprovação.

No módulo 03 propomos como estava ocorrendo o curso de implementação do projeto na instituição com os/as docentes em atividades presenciais e foi possível compartilhar com os cursistas do ambiente virtual, a distância, o andamento das atividades que estavam sendo realizadas. Tivemos a oportunidade de refletir sobre a realização do projeto presencial, onde apresentamos uma proposta de material didático para ser utilizado na formação de professores (as), o anexo com as ações já realizadas e nas considerações dos (as) professores (as) e pedagogos (as) cursistas em ambiente virtual de formação, há mais possibilidades que desafios.

Todo o grupo em ambiente virtual, ao expor suas considerações, deixou nítido o anseio por um trabalho com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no contexto das nossas escolas, também expressaram suas dificuldades com a formação de professores (as), a falta de estratégias pedagógicas adequadas e principalmente com a falta de disposição e compromisso com uma ação docente que vise a construção de um país com igualdade racial, social e material rompendo com os discursos baseados no senso comum que marginaliza a população negra

Desta forma tomando as reflexões da P2 (f) (2013), quando trata do senso comum como forma de manutenção de posicionamentos racistas, relatou que,

[...] as consequências do racismo na escola para os alunos parte do pressuposto da sua formação cultural, bem como, da abordagem simplista do professor que não possui caráter intelectual ativo, pois isso colabora por perpetuar o senso comum, ou seja, continua a absorver as concepções do mundo de maneira acrítica, fragmentada, sem relação com o contexto histórico, político e econômico em que está inserido.

Em todas as considerações apresentadas ficou nítido que a pesquisa e o estudo sobre os dispositivos da Lei nº 10639/2003, podem fortalecer práticas no trato com a história dos africanos e seus descendentes, rompendo com o eurocentrismo curricular que temos hoje presente, para um currículo que se abre a diversidade cultural.

Assim, propor reflexões sobre a Lei nº 10639/2003 neste GTR/13, foi importante para perceber que existem professores (as) dispostos (as) a pensar sobre sua prática pedagógica, constituição de sua subjetividade e a construção de um currículo escolar que possibilite que todos os grupos sociais sejam valorizados.

Afirmações como da Pedagoga P3 (f) (2013), demonstrou o quanto é importante, cursos que permitam o debate e reflexões sobre a Lei, que ao se inscrever no curso a distância: “[...] não tive dúvidas de que este seria o grupo que eu faria parte, para discutir, expor minhas ideias, compartilhar experiências e aprender mais sobre como trabalhar essa Lei que considero tão importante”. As produções durante o curso demonstraram o quanto foi importante este momento de estudos sobre a história e cultura dos africanos e afro-brasileiros.

Discutir o processo de implementação do projeto de intervenção pedagógica do PDE/13 com os (as) cursistas no GTR/13 na modalidade a distância, foi proveitoso, a participação de todos (as) com colaborações de propostas práticas de atividades e uma avaliação criteriosa do anexo que apresentamos. Todos (as) leram e manifestaram opiniões contundentes para que ainda no processo possamos rever pontos que não havíamos pensado até o momento.

4. CONCLUSÃO

Ao realizar o curso de extensão “O cinema como fonte de pesquisa e estudos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica”, foi possível evidenciar que pensar a história da negritude em seu contexto histórico e cultural nos motivou a reflexões acerca da importância da Lei nº 10639/2003, que traz em si uma história de luta contra o racismo e o silenciamento do pertencimento étnico de grande parte da população brasileira.

Mesmo com a pouca adesão dos (as) professores (as) da instituição a qual estava direcionado o curso, cabe ressaltar que aqueles (as) que se propuseram a participar do evento presencial, encontraram e aceitaram os filmes como subsídio

para a efetivação de práticas pedagógicas que considerem a diversidade cultural formativa da população brasileira.

A participação dos (as) docentes tanto no curso a distância como presencial, mostrou que mesmo depois de dez anos de aprovação da Lei 10639/2003, ainda é necessário a formação de (a) docentes para que se consolide, redimensionando o currículo em atendimento a pluralidade histórica e cultural em nossas salas de aulas.

Mobilizar professores (as) para discutir o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana ainda é um desafio, que demanda reflexões acerca do papel da escola, dos (as) docentes na formação dos saberes sociais referentes a determinados grupos, no caso, os (as) negros (as) sujeitos reconhecidamente históricos.

Há que se considerar a urgência de elaboração de políticas públicas que viabilizem a participação dos (as) docentes em cursos de formação continuada em serviço, sem o qual a Lei não logrará êxito quanto a efetivação de um currículo plural e possibilidade de relações das diversas culturas em sociedade que se pretenda justa e com igualdade social e étnico-racial.

Abordar questões raciais e a história dos africanos e seus descendentes a partir do filme podem mobilizar subjetividades e colaborar com o rompimento de uma produção histórica no imaginário social, onde se posiciona negros (as) e não negros em lados opostos, tornando a diferença um sinônimo de desigualdade. A utilização da filmografia e sua diversidade de imagem pode ser um dos elementos viáveis tanto na formação de docentes como dos discentes.

5. REFERÊNCIAS

A NEGAÇÃO do Brasil. Direção Joel Zito de Araújo. Elenco: Milton Gonçalves, Zezé Motta, Maria Ceixa, Ruth de Souza e Léa Garcia. Distribuído por CEERT, Brasil, 2000.

ALMEIDA, Milton J. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

AMISTAD. Direção Steven Spielberg. Estados Unidos. Produção: Dream Works Home Entertainment. Intérpretes: Morgan Freeman, Nigel Hawthorne, Anthony Hopkins, Djimon Hounsou, Matthew McConaughey, David Paymer, Pete Postlethwaite, Stellan Skarsgård, Razaaq Adoti, Abu Bakaar Fofanah, Anna Paquin, Tomas Milian, Chiwetel Ejiofor, Derrick N. Ashong, Geno Silva, John Ortiz (entre outros). Distribuído por Warner Home Vídeo, EUA. 1 disco em DVD. Produzido no polo industrial de Manaus. Brasil. 1997

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

CHICO Rei. Direção: Walter Lima Jr.. Elenco: Severo d'Acelino, Cosme dos Santos, Cláudio Marzo, Antônio Pitanga, Carlos Kroeber, Othon Bastos, Maurício do Valle, Anselmo Vasconcelos, Marcus Vinícius. Produção: Paulo César Ferreira, Luiz Eugênio Muller Roteiro: Walter Lima Jr., Cecília Meirele Fotografia: Mário Carneiro, José Antonio Ventura Trilha Sonora: Fernando Brant, Milton Nascimento, Wagner Tiso, Nana Vasconcelos, Vissungo Duração: 115 min. País: Brasil Gênero: Drama. Distribuidora: Globo Vídeo. Ano: 1980. Disponível em: <http://www.redefilmesonline.net/2011/05/chico-rei-nacional-ver-filme-online.html>

COSTA, Luciano Gonsalves. Da integração dos afrodescendentes brasileiros. In: COSTA, Luciano Gonsalves (Org). **História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais**. Maringá/Pr. Eduem. 2010. p. 66-69.

FANTINI, Mônica. Mídia – Educação e Cinema na escola. **E&R_ Educação e Realidade**. SEER. UFRGS. [br/EDUCAÇÃOEREALIDADE/ARTICLE](http://www.educacaoerealidade.org.br/EDUCAÇÃOEREALIDADE/ARTICLE). 205-223; maio/agosto; 2009. Disponível em: <http://www.perspectivas.ufsc.br/perspectiva-2009-01/Birgite.ole.pdf>. Acesso em: 28/06/2013.

FELIPE, Delton Aparecido. TERUYA, Kazuko Teresa. Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica: desafios e possibilidades. **Revista indexada no periódico, índice de revistas Latino Americanas em Ciências**. p. 503-508; 2007; Disponível em <http://www.dgbiblio.unam.mx> (ISSN 1980.959X). Acesso em 18/07/2013.

_____. Filmes e negritude em sala de aula: essa relação é possível? **ETD-Educação Temática Digital**. Campinas, SP. v. 15. n. 1. p. 145-160. Jan./abr. 2013. ISSN 1676-2592.

Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2907>
Acesso em: 18/05/2013.

KIRIKU e a Feiticeira. Direção: Michel Ocelot Produção: Michel Ocelot, Didier Brunner, Paul Thiltges, Jacques Vercruyssen Roteiro: Michel Ocelot Fotografia: Daniel Borenstein. Trilha Sonora: Yossou N'Dour. Duração: 71 min. País: França / Bélgica / Luxemburgo. Gênero: Animação. Distribuidora: Paulinas Comep. Ano: 1998.

LIMA, Carlos A.M. Sociedades africanas em transição na época do tráfico atlântico de escravos: proposta de guia: In: COSTA, Hilton, Silva, Paulo V.B. (Org.) **Notas de história e cultura afro-brasileiras**. Ponta Grossa, Editora UEPG/UFPR, 2007, p. 39-78.

MEMÓRIAS do cativo. Coordenação Geral e Roteiro: Hebe Mattos Direção e Montagem: Guilherme Fernandez e Isabel Castro. Direção Acadêmica:

Hebe Mattos e Martha Abreu, com a colaboração de Carlos Eduardo Costa, Fernanda Thomaz e Thiago Campos Pessoa. Produção: LABHOI/UFF (2005) Disponível em <http://youtu.be/01yW6lLqMrw>. Acesso em 18 de agosto de 2012.

MÓDULO 2. O cinema com fonte de pesquisas e estudos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Mantida pela plataforma moodle/e-escola. Disponível em: www.e-escola.pr.gov.br. Acesso em 22/03/2013.

MÓDULO 3. O cinema com fonte de pesquisas e estudos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Mantida pela plataforma moodle/e-escola. Disponível em: www.e-escola.pr.gov.br. Acesso em 20/04/2013.

_____ **O cinema com fonte de pesquisas e estudos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.** Mantida pela plataforma moodle/e-escola. Disponível em: www.e-escola.pr.gov.br. Acesso em 21/04/2013.

NEVES, Fátima Maria. Filmes e desenhos animados para o Ensino Fundamental: Kiriku e a Feiticeira. In: RODRIGUES, Elaine, ROSIN, Sheila Maria. (Orgs.) **Infância e práticas educativas**. Maringá. Eduem, 2007. p. 101-112.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Curitiba. IPAD. 2006.

PAVEI, Katiuci. Aprender com a diferença: a construção de olhares sobre nós e sobre os outros. In: ASSIS, Valéria Soares de. (Org.). **Introdução à antropologia**. Maringá: EDUEM. 2005. p. 85-102.

QUILOMBO. Direção: Carlos Diegues. Elenco: Antonio Pompeu, Tony Tornado, Antonio Pitanga, Zezé Motta, Vera Fischer, Maurício do Valle, Daniel Filho. Produção: Augusto Arraes Roteiro: Carlos Diegues Fotografia: Lauro Escorel Trilha Sonora: Gilberto Gil Duração: 114 min. País: Brasil Gênero: Ação Cor: Colorido Distribuidora: Não definida. Ano: 1984. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NzK23krfVY&feature=share&list=PL9CBB5A6C86BEA452>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. Política educacional e a Lei 10.639/03: Uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton, SILVA, Paulo Vinícius Baptista da (Org.) **Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras**. Ponta Grossa, Pr: Ed. UEPG/UFPR, 2007. p. 25-37.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. **Histórias e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. Texto. p. 39-65.

SILVA, Eronildo José da. Lei nº 10.639/03: perspectiva e possibilidades de aplicação na escola. In: COSTA, Luciano Gonsalves (Org.) **História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais**. Maringá/Pr. Eduem. 2010. p. 13-38.

SOUZA, Edileuza Penha de (Org.) **Negritude, Cinema e Educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/03**. Belo Horizonte: Mazza Edições, vol. 1, 2006.

TERUYA, Teresa Kazuko. **Trabalho e Educação na era midiática: Um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação**. Maringá/PR: Eduem, 2006.

UM grito de liberdade. Direção de Richard Attenborough. Roteiro de John Briley
Elenco:- Denzel Washington, Kevin Kline, Penélope Wilton. País/Ano de produção:-
Inglaterra. Ano: 1987. 1 disco em DVD.

VISTA, a minha pele. Direção Joel Zito Araújo. Distribuído por CEERT, Brasil, 2003.
Disponível em <http://youtu.be/LWBodKwuHCM>. Acesso em 20 de setembro de 2012.